

39º Encontro Anual da Anpocs

- GT17 – Instituição Militar e Ordem Social

As relações entre partidos políticos e Forças Armadas no Brasil, no Paraguai e no Uruguai na primeira metade da década de 1990.

Eduardo Heleno de Jesus Santos,

Eurico de Lima Figueiredo,

Vagner Camilo Alves

As relações entre partidos políticos e Forças Armadas no Brasil, no Paraguai e no Uruguai na primeira metade da década de 1990.

Eduardo Heleno de Jesus Santos,

Eurico de Lima Figueiredo,

Vagner Camilo Alves

Situando-se no contexto do processo de consolidação do processo democrático no cone sul da América latina, este trabalho apresenta estudo comparativo sobre as relações entre civis e militares no Brasil, no Paraguai e no Uruguai e suas conexões com partidos políticos conservadores, a cúpula militar e os militares da ativa e da reserva. A análise centra-se nas reações daqueles que resistiram ao controle civil das Forças Armadas e, por outro, arguíram a validade de tal controle perante eles e a própria sociedade, contestando, no limite, a própria legitimidade da ordem democrática nos países em pauta.

O recorte temporal recaiu na primeira metade dos anos 1990, na esteira da exaustão dos ciclos de intervenção militar no processo político na região na década anterior. O conceito-chave que fundamentou a investigação foi o de “isolamento político das Forças Armadas”.

O conceito de isolamento político das Forças Armadas, definimos como o processo gradual e realizado muitas vezes de maneira não coordenada, pelo qual setores influentes da sociedade, como os partidos, sindicatos, associações, universidades e parte das lideranças militares passam a apoiar um novo de Estado de Direito no qual as Forças Armadas estejam afastadas da competição política.

Para as lideranças civis em geral, esse isolamento reside na valorização das regras da democracia, na tentativa de estabelecer controles e limites às Forças Armadas. Essa valorização tem, como pressuposto, a negação do discurso pretoriano e do recurso militar, que haviam sido comuns nessas sociedades e que haviam permitido a ocorrência dos regimes militares.

No caso das lideranças partidárias, o isolamento político das Forças Armadas retira da competição política um importante e influente ator, que poderia ser utilizado pelos adversários como *ultima ratio* da disputa pelo poder.

Como processo realizado de maneira difusa, em prol do não retorno dos regimes militares, o isolamento político das Forças Armadas conta com uma série de iniciativas vindas não somente das lideranças políticas, mas de setores como as universidades. No

meio acadêmico, por exemplo, o isolamento político das Forças Armadas se embasa na produção da reflexão sobre as relações entre civis e militares.

Na cúpula militar, o isolamento político das Forças Armadas é uma forma de evitar que a competição política abale a hierarquia e a disciplina, a base da instituição. Além disso, o isolamento político é uma maneira de se aproximar da atividade fim da instituição que é a preparação e o uso da força para a proteção do território.

O isolamento político das Forças Armadas afeta o grau de autonomia política militar, uma vez que reduz a possibilidade de uso das Forças Armadas nas crises políticas. Ele também afeta o grau de autonomia institucional, uma vez que tende a readequar as prerrogativas herdadas do passado autoritário ao novo *status quo*.

Porém, esse isolamento não significa a erradicação da autonomia das Forças Armadas: trata-se antes de um conjunto de medidas para que haja nova configuração da autonomia política e institucional, retirando os excessos que permitiram o surgimento dos regimes militares e garantindo que as Forças Armadas sejam apenas instrumento do Estado e não dos partidos. A instituição continua com voz, representatividade e mantém certos parâmetros de autonomia, porém não tem mais o papel e nem a legitimidade para mediar e intervir nos problemas causados pela competição político-partidária. Aproxima-se do conceito de controle civil objetivo exposto por Samuel Huntington e de sua releitura weberiana, para os países latino-americanos, feita por Ernesto López, porém acrescenta novos fatores como a constituição de uma sociedade civil melhor organizada e, em especial, a refundação da relação entre os militares e o sistema político-partidário.

Como o isolamento político das Forças Armadas é um processo relacionado à reconstrução e aperfeiçoamento do Estado de Direito após a experiência dos regimes militares, veremos que esse processo é mais incisivo nos países em que as Forças Armadas competiram com os partidos pelo poder. Nos países em que os militares tinham autonomia política mais moderada e forte ligação com os partidos, o processo de isolamento político das Forças Armadas foi tardio.

A partir desse conceito, analisaremos, de maneira comparada, as relações entre civis e militares no Brasil, no Paraguai e no Uruguai. Observamos nesses três países, para o período estudado, diferentes padrões de isolamento político das Forças Armadas. Começaremos nossa comparação com o Brasil.

1) O caso brasileiro – os partidos políticos e as relações entre civis e militares na crise do *impeachment*

O período em que ocorreu o *impeachment* de Fernando Collor traz importantes questões para o estudo das relações entre civis e militares no retorno à democracia no Brasil. Se o mandato de José Sarney foi marcado pela tutela dos militares, o do seu sucessor, Fernando Collor de Mello, ficou conhecido como aquele em que houve um ponto de inflexão na relação entre o governo e as Forças Armadas, processo que permitiu a redução da influência política da cúpula militar e das prerrogativas militares herdadas da transição. Uma das primeiras ações de Collor, feitas logo em 15 de março de 1990, seu primeiro dia de governo, foi extinguir o Serviço Nacional de Informações (SNI), então mantido pelas Forças Armadas. Ele criou em seu lugar a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com *status* de ministério, e colocou na direção um civil filho de militar, o advogado Pedro Paulo Leoni Ramos. Nos primeiros meses da gestão de Leoni Ramos, 144 militares foram exonerados da SAE. Collor diminuiu a influência militar no círculo decisório ao retirar o *status* de ministro dos cargos de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e do chefe do gabinete da Casa Militar. Além disso, escolheu, como ministros, oficiais-generais com perfil mais discreto e sem pretensões políticas para o comando das respectivas Forças Armadas.¹

Ademais dessa mudança, efetuada pelo próprio presidente, houve também outra, de igual importância, que contou com sua participação indireta: durante a crise que causou o seu afastamento, as lideranças políticas agiram de acordo com a lei 1079/50 e os artigos 85 e 86 da Constituição Federal, que regulam o processo de *impeachment*, reforçando o papel das instituições na solução daquele conflito. Cabe dizer que Collor não foi o primeiro e nem o último presidente brasileiro a quem foi endereçado um processo de impedimento, porém, se tornou o caso mais notório pela maneira como as coisas foram conduzidas e pelo momento em que foram realizadas.²

¹ ZAVERUCHA, J. *Rumor de sabres*. São Paulo: Ática, 1994, p.209. Segundo o autor, havia suspeitas de que a decisão em suprimir o SNI era pessoal e se amparava em um relatório que aquele órgão teria feito sobre ele nas eleições. Em entrevista realizada em 2006, o general Ivan de Souza Mendes, último oficial a dirigir o órgão afirmou que Collor não fechou o SNI, apenas colocou uma pessoa de confiança, mantendo o serviço e sua estrutura. Ex-chefe do SNI diz que governo Lula surpreendeu. Revista *Consultor Jurídico*, 24 de outubro de 2006. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2006-out-24/ex-chefe_sni_governo_lula_surpreendeu/>.

² Segundo o próprio Collor, Vargas, Juscelino, Sarney, Itamar, FHC e Lula foram alvos de pedidos de *impeachment* protocolados seja por políticos ou por anônimos. COLLOR, F. *Relato para a história*. A

Essa mudança também contou com o apoio indireto da cúpula militar e das Forças Armadas. Em depoimento à Fundação Getúlio Vargas, o general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, que havia sido ministro do Exército naquele período, revela que, apesar de os oficiais apoiarem o presidente, com o avanço das acusações e a perda do suporte da opinião pública, para a cúpula castrense nada mais coube senão acompanhar os acontecimentos e deixar que as instituições resolvessem aquele problema.³ Quando questionado sobre o que havia mudado para não haver intervenção, o ex-ministro respondeu:

“Talvez o comportamento da sociedade como um todo. Porque, à medida que o tempo foi passando, a sociedade, a imprensa, os órgãos representativos da sociedade passaram a ser mais atuantes e, quando esses órgãos atuam mais, as Forças Armadas ficam menos atuantes. Há quem diga que se mede o grau de atraso de um país pela participação das Forças Armadas nos seus problemas políticos e econômicos. Quanto mais atrasados, mais as Forças Armadas são chamadas a intervir. À medida que o país amadurece, se desenvolve, as Forças Armadas se retraem, naturalmente. Elas vão muito pela opinião pública — não a opinião dos jornais”.⁴

Em termos teóricos, a fala do ex-ministro evoca o fortalecimento da sociedade civil brasileira, que acabou afastando as Forças Armadas do sistema de competição política. Esse fortalecimento se deu na década de 1970, com a criação das associações de bairro, dos sindicatos, comitês estudantis e profissionais, entidades religiosas, que supriam parcialmente a demanda por representação social e política naquele período. Essas novas entidades participariam ativamente, na década seguinte, nas manifestações pela abertura do regime e seriam importantes atores da nova sociedade brasileira, tendo respaldo na “opinião pública” citada pelo ex-ministro. Foi essa opinião pública que deu suporte à eleição dos constituintes de 1988. E que também havia permitido antes a mudança na orientação dos políticos, o surgimento e manutenção, já na crise de sucessão do governo Figueiredo, de um discurso baseado em ideais democráticos e de saída das Forças Armadas do poder.

Não raro, por convicção e/ou por disputa eleitoral, as principais lideranças daquele período evocavam as benesses da democracia em detrimento da experiência do regime

verdade sobre o processo do impeachment. Disponível em <http://www.fernandocollor.com.br/wp-content/uploads/2013/05/livro-relato-para-a-historia.pdf>.

³ GOMES, Carlos Tinoco Ribeiro. Depoimento. In: CASTRO, C. e D'ARAUJO, M.C (orgs), *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 134.

⁴ Idem, p.137.

militar⁵. Os jornais da grande imprensa, diferentemente dos editoriais pró-golpe de 1964, pareciam ter aprendido a lição e haviam se tornado, ao menos naqueles meses, mais moderados. Anos mais tarde, nos protestos contra o governo Collor, esses setores organizados da sociedade brasileira tomaram as ruas defendendo a saída institucional, baseada no *impeachment*, para a crise política e evitavam defender a solução militar. Cabe lembrar que o processo legal de impedimento teve início com a denúncia formalizada no Congresso pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Enquanto isso, os soldados continuaram nos quartéis. O isolamento das Forças Armadas do sistema de competição político-partidária e de suas crises garantia a resolução civil do conflito.

No que se refere ao sistema de partidos, importante pontuar que o sistema de vigente na Nova República teve gênese no regime militar. Com fim do sistema partidário de 1946 e a implantação de um bipartidarismo a partir do Ato Institucional número 2 e a continuidade do regime civil-militar, a relação entre uma solução radical para as crises políticas havia se mostrado inconciliável. As reformas de 1979 permitiram o retorno ao pluripartidarismo, mas tanto o tempo de sua maturação quanto a constante insegurança em relação à abertura, deixaram claras que as crises políticas, em um retorno à democracia, deveriam ser tratadas apenas pelos partidos e pela sociedade civil.

Embora o PMDB tenha ganhado força ao final do governo Figueiredo, não foi capaz de manter a popularidade da época das Diretas Já e ao final do mandato de José Sarney já estava dividido. Sua liderança foi ameaçada pelo PDT, de Leonel Brizola, pelo PSDB, de Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, pelo PT, de Luiz Inácio Lula da Silva, e, em menor escala, pelo PL, de Guilherme Afif Domingues e pelo então aliado PFL, de Aureliano Chaves. Ademais essas legendas, surgira o já citado Fernando Collor de Mello, fenômeno midiático que lançara e vencera a campanha presidencial pelo modesto PRN.

Ainda no que tange ao sistema partidário, houve também uma inovação, trazida com a Constituição de 1988, com a implantação do segundo turno nas eleições. Essa mudança permitiu maior legitimidade ao processo eleitoral e institucional. Como bem lembra Jairo Nicolau, durante a década de 1950, nenhum presidente havia ganhado as

⁵ Ulisses Guimarães, que seria conhecido como Senhor Diretas em 1984, havia, duas décadas antes ajudado a escrever o Ato Institucional número 1, que deu poderes aos militares e início à ditadura. Embora tenha se arrependido depois, mostra as ligações entre partidos e Forças Armadas. Assim, o discurso em prol do retorno democrático foi construído aos poucos entre os parlamentares. Devemos lembrar que uma das características da ditadura civil-militar brasileira foi a continuidade do Congresso, o que permitiu a cooptação de muitos deputados e senadores.

eleições com mais de 50% dos votos – esse seria um dos (muitos) motivos para que houvesse pressão por parte dos partidos derrotados no sentido de intervenção militar.⁶ O quadro em 1992 era, por isso, totalmente diferente: não se questionava a legitimidade da eleição de Collor e sim os crimes de responsabilidade ocorridos em sua candidatura e ao longo do mandato.⁷

A crise do governo Collor poderia ajudar aos dois partidos que se tornariam hegemônicos, o PSDB e o PT, a alcançar o poder. Ademais, também dava condições a outros partidos, como o PMDB, o PDT e o PFL, disputarem cargos e até mesmo concorrerem à presidência. Para as lideranças dessas legendas, estava descartada qualquer iniciativa em torno da ideia de intervenção militar: suas narrativas de disputa pelo poder se relacionavam com a recuperação da democracia e o fortalecimento das instituições.⁸

No que tange à percepção dos militares, em especial das lideranças no período Collor, ela foi fruto de uma paulatina mudança dentro dos quartéis. Alfred Stepan, em seu estudo sobre a transição, apontava que para alguns militares, a continuidade do regime afetava as Forças Armadas como instituição. A manutenção do regime trazia como causa e efeito a influência da comunidade de informações em todo aparato militar, problema para a hierarquia e disciplina. Com a redemocratização na Argentina e no Uruguai, fazia cada vez menos sentido a manutenção do perfil de intervenção política das Forças Armadas. Essa mudança foi construída lentamente, sob forte clima de suspeita e desconfiança. Sinal evidente é o fato de a transição ter durado dez anos (1974-1984) ou como Stepan e Juan Linz apontam, 16 anos (1974-1990).⁹ Outro sinal, menos claro, é que após a democratização, ainda havia, mesmo entre os militares mais favoráveis ao retorno da democracia certa ambiguidade – em que pese o apoio ao retorno da legalidade, havia a preocupação de setores com o revanchismo e a vitória política da esquerda radical. A escolha, por parte de Collor, de oficiais com perfil mais moderado, acabaria ajudando a diminuir a possibilidade de intervenção militar. O ministro da Marinha daquela época,

⁶ Poderíamos apontar outros como a polarização ideológica no clima de guerra fria, a carência de maior representação da classe média, o próprio papel de intervenção feitos pelos militares.

⁷ NICOLAU, J. Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais, Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

⁸ Diferente da redemocratização de 1946, quando os dois principais candidatos eram militares, os generais Dutra e Eduardo Gomes, e os principais candidatos de 1989 eram civis, e boa parte deles haviam se engajado na campanha das Diretas Já. Suas campanhas haviam sido construídas com base na valorização da sociedade civil e da democracia.

⁹ LINZ, J.J., STEPAN, A. *A transição e consolidação da democracia, A experiência do sul da Europa e da América do Sul*. Paz e Terra, 1999, p.205.

almirante Mário César Flores, afirmou que somente atuava em termos profissionais, e que não havia e nem deveria haver qualquer afinidade política, ou seja prática política entre o presidente e os ministros militares.¹⁰

Em que pese o discurso moderado e legalista dos ministros militares, esse período ficou marcado também pelo surgimento de associações de familiares de militares e de grupos de pressão política formados por militares da reserva.¹¹ Se as primeiras reivindicavam melhorias salariais e de aposentadoria, os últimos buscavam reconhecimento do *status quo ante*, evitar o avanço das esquerdas e com elas, o suposto revanchismo¹². A crise acabou sendo alimentada por um discurso mais contundente, feito por essas entidades de militares da reserva, que pareciam mostrar um descompasso com o discurso oficial— sejam temerosos como uma solução revanchista, sejam ocupados em propor uma solução autoritária e radical. O discurso dos militares descontentes com a democracia se tornaria evidente por meio de jornais e manifestos, muitas vezes com ameaças claras ao sistema. E, embora não representem os militares da ativa, a ligação corporativa desses grupos de pressão com as Forças Armadas mostra uma visão diferente daquela apontada pelos ex-ministros do Exército e da Marinha.¹³ Além disso, apontam que não havia consenso interno em relação à atuação na política.

O ressentimento desses grupos indicam também sensação de perda do *status* social com a Nova República. Essa reação foi forte indicativo do isolamento político das Forças Armadas, pois entendemos esse processo como a negação dos valores pretorianos comuns no regime militar e que eram defendidos pelos por alguns militares, em especial, os da reserva.

¹⁰ FLORES, M.C. Depoimento. In: CASTRO, C. e D'ARAUJO, M.C (orgs), Militares e política na Nova República. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 99.

¹¹ Eliézer Rizzo de Oliveira aponta quatro importantes questões vigentes no governo Collor em relação às Forças Armadas, como o projeto de criação do ministério da Defesa, a preservação da autoridade funcional dos ministros militares a carência da definição da missão estratégica e o condicionamento dos salários e investimentos aos planos econômicos. Esse último aspecto devemos especial atenção, pois criou insatisfação nas fileiras, fato aproveitado na imprensa para repercutir ainda mais a crise. OLIVEIRA, E.R. De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

¹² SANTOS, E.H.J. Extrema-direita volver! Os grupos formados por civis e militares da reserva. Dissertação de Mestrado, PPGCP-UFF, 2009

¹³ Essa dicotomia continuou na década seguinte. Ver mais em SANTOS, E.H.J., ALVES, V. C., FIGUEIREDO, E. L.. O velho e o novo no discurso das Forças Armadas. Trabalho apresentado no GT 32 – Forças Armadas e Sociedade. In: 32º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2008.

A reconstrução da democracia brasileira, do sistema de partidos e do profissionalismo militar, aperfeiçoado com as experiências do passado recente e que resultaram no isolamento político das Forças Armadas da resolução de crises político-partidárias foram cruciais para que o *impeachment* de Fernando Collor de Mello seguisse todos os trâmites legais e institucionais, sem intervenção militar. E mesmo que houvesse a formação de grupos de pressão política com militares da reserva, sua gênese, baseada no ressentimento, no receio de revanchismo e no anticomunismo, era efeito colateral da readequação das Forças Armadas e seu isolamento da competição político-partidária. Indicavam que as reações contrárias ao governo e à instituição - por afetarem a hierarquia e disciplina, deveriam vir de fora e não de dentro da instituição.

Embora a ideia de um controle civil sobre os militares ainda estivesse sendo aprimorada, o isolamento político das Forças Armadas foi essencial para a continuidade das instituições.

Vejam agora o que ocorria no Paraguai nesse período, país em que a interação entre as Forças Armadas e o sistema de partidos era bem distinta do Brasil.

2) O caso paraguaio – os partidos políticos e as relações entre civis e militares na crise de 1996.

No Paraguai, na década de 1990, as relações entre civis e militares eram ainda marcadas por forte ligação das Forças Armadas com a Aliança Nacional Renovadora (mais conhecida como Partido Colorado), herança de uma tradição iniciada em 1947, com a ditadura do general Higinio Morínigo (1940-1947) e que foi a base de sustentação de outra ditadura, a do general Alfredo Stroessner (1954-1989).

Conhecida como unidade granítica, a interação entre militares e colorados, provocou tanto a militarização do partido quanto a partidarização das Forças Armadas daquele país. Assim, ao olharmos a segunda metade do século XX, notamos que diferentemente do Brasil, no qual os partidos foram extintos arbitrariamente em 1964 para a criação de novas legendas, no Paraguai, os colorados mantiveram-se no poder.

Fazendo uso constante de expurgos para os adversários e de prebendas para os oficiais aliados, o general Stroessner utilizou colorados e militares como a base em seus 35 anos de controle. Para garantir legitimidade, o regime Stroessner contou com eleições – marcadas por acusações de fraude. Semelhante às demais intervenções militares na vizinhança, as justificativas alegadas para seu domínio eram a instauração da ordem social, a proteção contra o comunismo e a promoção do desenvolvimento. Porém, ao

longo da década de 1980, quando o general definiu que o seu filho, o coronel aviador Gustavo Stroessner, seria seu sucessor, tanto facções do partido Colorado quanto setores dissidentes das Forças Armadas, começaram a se organizar para a mudança. O golpe em 3 de fevereiro de 1989 derrubou o regime e fez ascender o general Andrés Rodríguez, comandante do 1º Corpo de Exército. Em termos simbólicos da época, militares e colorados tinham trazido a democracia de volta ao Paraguai.

Porém a nova democracia manteve continuidade de certas práticas da unidade granítica – o enraizamento do partido na cúpula militar. Isso porque o processo de redemocratização paraguaio, iniciado logo após o golpe de fevereiro e que propunha eleições gerais ainda em 1989, envolveu a formação de uma agenda político-eleitoral feita pelo general Rodríguez e pelo partido Colorado, sem participação das demais legendas, o que afetou a capacidade da oposição – representada principalmente pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) em angariar recursos e o apoio da opinião pública.

A supremacia colorada foi ameaçada apenas em 1991, quando a oposição venceu em um quinto dos municípios. Embora Rodríguez tenha tentado diminuir a influência do partido nas Forças Armadas, o resultado dessa eleição fez com que o partido Colorado e militares se aproximassem mais uma vez.¹⁴ Segundo Carlos Martini:

Até esse momento, a retórica dos principais chefes militares era a institucionalização e a despartidarização militar. Contudo, essa derrota municipal acendeu uma luz de alerta na aliança de poder: as eleições podiam ser perdidas. A partir de então reapareceram publicamente os sinais que, em privado, nunca haviam desaparecido: a vinculação colorado-militar. Um dos marcos é uma reunião em um clube de futebol, o Cerro Corá, fortemente ligado à Cavalaria, arma preponderante e dominante nas Forças Armadas nos últimos setenta anos. Nessa reunião, o general Andrés Rodríguez, em companhia de outros generais, entre eles o ascendente general Lino Oviedo, depois de muito tempo voltou a referir-se à “unidade granítica entre as Forças Armadas e o Partido Colorado”, lembrando que foi um “San Blas colorado” (em alusão ao santo padroeiro paraguaio, celebrado em 3 de fevereiro, data do golpe) que o iluminara em fevereiro de 1989 e fazendo menção inclusive às milícias coloradas da guerra civil de 1947.¹⁵

¹⁴ RIQUELME, M. A. *Negociación de corredores democráticos en el Paraguay*. Pittsburgh: LASA, 1994, p.6.

¹⁵ MARTINI, C., Paraguai: O fim da era Stroessner: militares, partidos e a rota para a democracia. In: CASTRO, C., D'ARAÚJO, M. C. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.164.

O general Lino Oviedo, citado por Martini, teria influência nas internas do partido Colorado em 1993. Ele e outros oficiais, mesmo proibidos por lei, votaram na Convenção do partido Colorado para escolher o candidato à Presidência em um processo marcado pela fraude. Ele também utilizou, como correligionários, militares da reserva para percorrer o país em campanha. Com a vitória de seu aliado Juan Carlos Wasmosy, o general acabou sendo indicado para comandar o Exército. Como comandante das tropas, tentou um golpe de Estado em 1996, que acabou sendo interrompido pela ação diplomática argentina e brasileira.

José Luiz Morínigo define o período entre 1991 e 1996 como o do contrapoder militar. O conceito define que o ator político, no caso o general Oviedo, procurou ofuscar o presidente da República, ao capitalizar mais atenção que Wasmosy, mostrando-se capaz, inclusive, de conseguir recursos e dar prosseguimento a importantes obras, colocando em relevância os feitos de seu aparato militar em contraponto à administração civil. De aliado, o general passou a ser um incômodo para o presidente. Wasmosy, em suas memórias sobre o período, revela que Oviedo tentou interferir em várias questões fora do âmbito castrense e aproveitou para si o fato de o Exército cuidar do grande projeto de expansão da rede elétrica, que levou energia a 86% dos lares paraguaios.¹⁶

Embora tenha fracassado em sua tentativa de golpe, anos mais tarde, com o apoio de dissidentes colorados, militares da ativa e da reserva, Oviedo criaria o seu próprio partido, a União de Cidadãos Éticos (UNACE). Ele estaria envolvido em mais duas grandes crises políticas atravessadas pelo Paraguai, sendo uma delas, causada pelo assassinato do vice presidente Luis María Argaña. Sua aparição no panorama político é fruto do longo período de interação entre o partido Colorado e as Forças Armadas e das dificuldades que teve a democracia paraguaia em criar barreiras que impedissem a intervenção militar.

Diferentemente do Brasil, no Paraguai, o discurso de redemocratização tinha um olhar positivo tanto sobre o partido Colorado quanto em relação às Forças Armadas. O grande mal a ser evitado era o retorno de Stroessner. O partido Colorado continuou no poder, mas havia várias facções disputando posições entre si, fato que permitiu a ascensão de Oviedo e, mais tarde, a criação da UNACE. *Pari passu*, nas Forças Armadas, a

¹⁶ MARTINI, op.cit, 167. WASMOSY, J.C. *Contra viento e marea. Se institucionalizaron las fuerzas armadas de la nación*. Assunção: Servilibros, 2006, p.10. Op. Cit. In: SANTOS, E.H.J, *Grupos de Pressão Política Formados por Militares da Reserva no Mercosul*, Tese de Doutorado, Niterói: PPGCP-UFF, 2015, p.114.

interação entre partido e os militares deu sustentação ao golpe de 1996 e fez surgir curiosa situação: quando a UNACE foi criada, contou com 220 militares em seus quadros.

Ademais, a sociedade civil paraguaia ainda não estava organizada de maneira a atuar em prol da manutenção da democracia de maneira mais eficiente. Sindicatos, associações e entidades representativas só passaram a ter impulso a partir de 1989, com o golpe, e ainda não tinha adquirido capacidade de frear as intenções de Oviedo. O tradicional Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), fazendo papel oposição, só conseguiria interromper décadas de hegemonia colorada parcialmente em 2000, com a eleição de Júlio César Franco para a vice-presidência, e completamente em 2007, com a eleição de Federico Franco como vice da chapa de Fernando Lugo.

Esses fenômenos estão relacionados ao baixo grau de isolamento político das Forças Armadas paraguaias nesse período. Vejamos agora o que sucedeu no Uruguai, nessa época.

3) O caso uruguaio – os partidos políticos e as relações entre civis e militares na crise do governo Lacalle

Assim como o Brasil, o Uruguai retornara para a democracia por uma transição tutelada pelo alto comando militar. Os generais Julio Rapela e Hugo Medina tiveram tanta importância na agenda da redemocratização quanto os líderes partidários do Partido Colorado, do Partido Blanco e da Frente Ampla. Como no caso brasileiro, houve a organização da sociedade civil expressa em forte mobilização popular pelo retorno à democracia.

Porém, ainda em termos comparativos, o restabelecimento do sistema de partidos uruguaio diferiu do caso brasileiro: nesse último, foi realizada uma reconfiguração das legendas, no Uruguai, os partidos tradicionais voltaram à atuar. E com eles, laços históricos entre a oficialidade e os partidos colorado e blanco. Embora menos imbricados como no caso paraguaio, acabariam por expor certos problemas à relação Forças Armadas e partidos políticos.

Em 1985, a eleição do colorado Julio Maria Sanguinetti colocava de volta ao poder o partido que mais havia conquistado a presidência uruguaia no século XX. Em seu governo foram feitas iniciativas em torno da pacificação nacional, com a aprovação da lei de Anistia e da lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado (e o referendo que confirmara sua legitimidade). Diante do problema em julgar os militares pelos crimes cometidos na ditadura, buscava-se uma solução ao que fora acordado no Pacto do Clube Naval.

No início da década de 1990, houve alternância de poder, com a vitória de Luis Alberto Lacalle, do partido *Blanco*. Essa mudança deixou evidente um problema que já havia ocorrido na década de 1960: os critérios de escolha do generalato quando se muda o partido que está no poder. Ao assumir, Lacalle dera preferência na lista de promoções aos oficiais simpatizantes do partido *Blanco*, minoritários dentro das Forças Armadas, e com isso, causou ressentimento entre a maior parte do alto oficialato, simpatizantes do partido Colorado. Essa questão suscitou uma série crise no meio militar que, somada à crise econômica, seria amplificada por escândalos de espionagem, tortura e execução, e por atentados a bomba feitos por militares da ativa.

Entre 1991 e 1993, ocorreram vários atentados a bomba no país. Os alvos eram autoridades do Judiciário, parlamentares, militares do alto escalão e o próprio presidente. Os autores se dividiam entre os Guardas de Artigas e o Comando Lavalleja. Embora não se saiba até hoje a identidade de seus integrantes, a imprensa uruguaia estima que fossem capitães e tenentes da ativa. Das poucas informações disponíveis, sabe-se que o Comando Lavalleja contaria com 3 mil militares, pertencentes a 16 quartéis do Exército.

De acordo com Luis Casal Beck, esses atentados foram fruto da tentativa de Lacalle de modernizar as Forças Armadas, dos problemas decorrentes da repressão à greve dos policiais e das disputas internas dentro das Forças Armadas.¹⁷

Lacalle, ao assumir o governo, havia pactuado com Julio Maria Sanguinetti a distribuição de vagas no generalato para oficiais próximos aos colorados e aos blancos, porém deu grande preferência por oficiais com afinidades aos blancos. Se no Exército a escolha do general Juan Rebollo para o comando da Força Terrestre se guiou por esse pacto, na Marinha a situação foi distinta. Lacalle escolheu James Coates, capitão de Mar e Guerra recém promovido a almirante para assumir o comando da Força. Como resultado, houve uma proporção maior de oficiais superiores que simpatizavam com o Partido Blanco que foram promovidos a generais. Tal demanda acarretou o ressentimento de oficiais simpatizantes do Partido Colorado e a acusação, feita por oficiais da reserva e por parlamentares da oposição de que Lacalle havia partidarizado as promoções.¹⁸

¹⁷ BECK, L. C. La paz pública no fue alterada en los últimos diecisiete años, LaRed21, Montevideo, 12 de março de 2011. Disponível em <<http://www.lr21.com.uy/politica/443977-la-paz-publica-no-fue-alterada-en-los-ultimos-diecisiete-anos/>>

¹⁸ Entre os que se posicionaram contra as promoções, estão o general Hugo Medina e o Foro Batllista do Partido Colorado. Até então, dos cinco generais promovidos em 1990 e 1992, três tinham afinidades com o Partido Blanco. AMADO, F. *Desconfianza Infinita. Lacalle, Sanguinetti, Batlle y Vásquez y la elección de sus cúpulas militares*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2007, p. 50.

O sinal de que as disputas internas estavam afetando a instituição ficou mais claro quando foram descobertos, em agosto de 1993, equipamentos de escuta em repartições do Alto Comando. A espionagem havia sido conduzida pelo general Mario Aguerrondo, ex-chefe da Inteligência Militar. Com a descoberta, o caso teve grande repercussão nas fileiras. Os Guardas de Artigas lançaram um comunicado no qual criticavam abertamente o comandante do Exército e a alta cúpula. Para os Guardas de Artigas, a gestão de Rebollo era indigna e a alta cúpula era insensível aos problemas do Exército, agindo apenas pelo auto interesse. Ainda segundo o comunicado, o fim do Exército estava próximo devido ao clima de anarquia.¹⁹

A agitação nos quartéis uruguaios só diminuiu em 1994, quando o colorado Sanguinetti, eleito pela segunda vez, assumiu a presidência e retomou alguns critérios de promoção que permitiu a ascensão de oficiais simpáticos ao partido do presidente.

Esses eventos mostram que o grau de isolamento político das Forças Armadas uruguaias era ainda baixo: a cúpula militar era determinada de acordo com a proximidade dos oficiais com o partido governante, o que não raro causava ressentimento, divisão e reações entre os militares. Esse padrão de interação entre o partido e a cúpula militar não era recente e fora, na década de 1960, uma das razões para que as Forças Armadas uruguaias começassem a se tornar importante ator político.

Conclusão

Os três casos apontados nesse artigo reforçam a correlação entre o isolamento político das Forças Armadas e o tipo de participação dos militares na política após a redemocratização. Ao longo da década de 1990, o isolamento político ganharia mais robustez no Brasil, com a consolidação da resposta civil (o *impeachment*) à crise política. No Paraguai, as relações entre colorados e os militares, e a atuação de Lino Oviedo geraria dois novos dramáticos episódios – o do assassinato do vice-presidente Luis Maria Argaña e os protestos que se seguiram, com mortos e feridos. No Uruguai, devido certa tradição legalista dos militares (interrompida em 1973), não houve um operador político como Oviedo, embora jovens oficiais da ativa tenham buscado fazer ações violentas contra o poder político.

No caso brasileiro, em que houve maior participação dos militares da reserva, com a formação de grupos de pressão política, o grau de isolamento político das Forças Armadas era maior. No Paraguai e no Uruguai, o grau de isolamento político das Forças

¹⁹. BLIXEN, Operación Condor: Del archivo del Terror y el asesinato de Letelier al caso Berrios, Montevideú: Brecha: Barcelona: Vírus, 1998, p.196.

Armadas era menor, devido à tradição de interação com os partidos. Não havia, dessa maneira, constrangimento para ações contra o governo; os militares da ativa atuaram de maneira mais incisiva e não houve, por parte dos militares da reserva, a formação de grupos de pressão política para questionar a ordem existente, como houve no Brasil.

Bibliografía

AMADO, F. Desconfianza Infinita. Lacalle, Sanguinetti, Batlle y Vásquez y la elección de sus cúpulas militares. Montevidéo: Editorial Fin de Siglo, 2007.

BOEKER, P. H. Lost Illusions, Latin America's Struggle for Democracy, as Recounted by its Leaders. Nova York: Markus Wiener Publishing, La Jolla: Institute of Americas, 1989.

BECK, L. C. La paz pública no fue alterada en los últimos diecisiete años, LaRed21, Montevidéo, 12 de março de 2011. Disponível em <<http://www.lr21.com.uy/politica/443977-la-paz-publica-no-fue-alterada-en-los-ultimos-diecisiete-anos/>>.

BLIXEN, S. *Operación Condor: Del archivo del Terror y el asesinato de Letelier al caso Berrios*, Montevidéo: Brecha: Barcelona: Virus, 1998.

CASTRO, C. e D'ARAUJO, M.C (orgs), Militares e política na Nova República. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

COLLOR, F. Relato para a história. A verdade sobre o processo do impeachment. Disponível em <http://www.fernandocollor.com.br/wp-content/uploads/2013/05/livro-relato-para-a-historia.pdf>.

Ex-chefe do SNI diz que governo Lula surpreendeu. Revista Consultor Jurídico, 24 de outubro de 2006. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2006-out-24/ex-chefe_sni_governo_lula_surpreendeu/>.

HUNTINGTON, S. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: São Paulo: EdUSP, 1975.

_____. *A Terceira Onda: A democratização no final do século XX*, São Paulo: Ática, 1994.

_____. *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

LEZCANO, C.M., MARTINI, C. *Fuerzas Armadas y democracia. A la búsqueda del equilibrio perdido*. Paraguay 1989-1993. Assunção: CDE:CGS, 1994.

LINZ, J.J., STEPAN, A. *A transição e consolidação da democracia, A experiência do sul da Europa e da América do Sul*. Paz e Terra, 1999

MARTINI, C., Paraguai: O fim da era Stroessner: militares, partidos e a rota para a democracia. In: CASTRO, C., D'ARAÚJO, M. C. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

NICOLAU, J. *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*, Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, E.R. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

RIAL, J. *Las Fuerzas Armadas ¿Soldados-políticos garantes de la democracia?* Montevideu: CIESU: CLADE: EBO, 1986.

RIQUELME, M. A. *Negociación de corredores democráticos en el Paraguay*. Pittsburgh: LASA, 1994.

RIQUELME, M.A. *Hacia la transición a la democracia en el Paraguay. Entrevistas, análisis y documentos*. Assunção: Histórica, Fundación Friedrich Naumann, 1989.

RIZ, L. *Los dilemas de la democracia paraguaya*. In: *Cultura Política y Alternancia en América Latina*, Editorial Pablo Iglesias, 2008.

ROLON, J. A. *Paraguai: Transição Democrática e Política Externa*. São Paulo, 2010.

SANTOS, E.H.J., Grupos de Pressão Política Formados por Militares da Reserva no Mercosul, Tese de Doutorado, Niterói: PPGCP-UFF, 2015

_____. Extrema-direita volver! Os grupos formados por civis e militares da reserva. Dissertação de Mestrado, PPGCP-UFF, 2009.

_____. Forças Armadas, o Estado laico e a “ameaça vermelha”: o papel do conservadorismo religioso nas relações civis militares do cone sul no século XX.VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), 2012.

_____. Memória dos militares sobre as ditaduras do cone sul: uma perspectiva comparada acerca das iniciativas contra o esquecimento. Trabalho apresentado no GT 23 – Forças Armadas e Sociedade. In: 33º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2009.

SANTOS, E.H.J., ALVES, V. C., FIGUEIREDO, E. L.. O velho e o novo no discurso das Forças Armadas. Trabalho apresentado no GT 32 – Forças Armadas e Sociedade. In: 32º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2008.

SAINT-PIERRE, H. (org) Controle civil sobre os militares e política de Defesa na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, São Paulo: Ed.Unesp, 2007

STEPAN, LINZ, STEPAN, A. LINZ, J. A transição e consolidação da democracia. A experiência do Sul da Europa e da América do Sul. Trad. de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.190

STEPAN, A. Os Militares da Abertura à Nova República, Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1996.

URUGUAY: chantaje terrorista, ABC Espanha. Madri, 17 de maio de 1992, p.33. e Uruguay: Investigan ataque contra casa de ex presidente Sanguinetti El Universo, Guayaquil, 20 de Setembro de 2003, disponível em <http://www.eluniverso.com/2003/09/20/0001/14/4AEF662582194AB09D32FEA3D8>

524211.html/>.

VIDALLET, J. B. Lino Oviedo desapareció de la agenda de rutina de los altos jefes militares. Lugo de Obispo a presidente, traspaso de mando. Especial. ABC Color, Assunção, 15 de março de 2007. Disponível em <<http://abcradio.com.py/especiales/lugopresidente/articulos.php?fec=2007-03-15&pid=316980;>>.

YUSTE, Juan Carlos. Informe sobre derechos humanos em Paraguay, SERPAJ, 1997. Disponível em <<http://www.derechos.org/nizkor/paraguay/ddhh1997/ffaa.html>>.

WAKSMAN, G. Uruguay. La gran derrota de Lacalle. Nueva Sociedad, nº124, Março-Abril, 1993, pp. 17-21.

WASMOSY, J.C. Contra viento e marea. Se institucionalizaron las fuerzas armadas de la nación. Assunção: Servilibros, 2006

WEFFORT, F. Por que democracia? In: STEPAN, A (org). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ZAVERUCHA, J. Rumor de sabres. São Paulo: Ática, 1994

_____, Frágil democracia. Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.